

Moreira Mariz



Projeto que reajusta aposentadorias foi votado após duas horas de discussão

Confirmado reajuste de 5% para aposentados

Senado aprova projeto que aumenta benefícios para aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo

O Plenário votou ontem o projeto de conversão da medida provisória que, entre outras providências, confirma o reajuste de 5,01% nos benefícios de aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo. A matéria vai à sanção presidencial. O líder do PFL, José Agripino, propôs a elevação do índice para 16,67%, mas a emenda foi

derrubada por 30 votos contra 22. O relator Romero Jucá advertiu que, se o projeto fosse modificado, a medida provisória perderia validade e os aposentados poderiam ficar sem nenhum reajuste. Foram aprovadas ainda as indicações de Leopoldo Nunes da Silva Filho para diretor da Ancine e de Victor de Souza Martins para a ANP. **Página 6**

Comissão investiga crise no tráfego aéreo

Uma comissão de cinco senadores, sugerida por Antonio Carlos Magalhães, examinará as providências do governo para solucionar o chamado "apagão aéreo". **Páginas 4 e 5**

Projeto da Super-Receita vai ao exame do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem o projeto que institui a Super-Receita. A proposta será agora examinada pelo Plenário do Senado. A CCJ também acolheu projeto de Paulo Paim que visa recompor o

poder aquisitivo das pensões e aposentadorias pagas pela Previdência Social. Outra proposta acolhida, de Rodolpho Tourinho, define como crime o aliciamento na venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano. **Página 3**



Célio Azevedo

Na reunião da CCJ, Mercadante (E) conversa com José Agripino (de pé) e Tourinho

Renan recebe líderes da marcha do salário mínimo

Líderes sindicais pedem apoio a uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Renan lembra compromisso do Senado com o tema. **Página 5**

Plenário analisará proposta sobre atividade médica

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que disciplina o exercício das atividades da área médica. A proposta será examinada pelo Plenário antes de seguir para a Câmara dos Deputados. **Página 7**

Estatuto para pessoa com deficiência

Comissão de Direitos Humanos aprova proposta, que pode seguir para a Câmara. **Página 8**

Gerardo Magela



Renan designa Paim (D) para acompanhar negociação de sindicalistas com o Senado

Objetivo de proposta aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é flexibilizar regra e, assim, permitir a incorporação de costumes predominantes em cada região



Reunião da CRA acata projeto de Arns (à mesa) que solicita ao IBGE e ao Ministério da Agricultura a realização, em 2007, de censo no campo

Arrendamento rural e parceria agrícola podem ter nova norma

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem parecer de Osmar Dias (PDT-PR) favorável a projeto de lei da Câmara (PLC 46/06) que promove alteração nos institutos jurídicos do arrendamento rural e da parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, previstos no Estatuto da Terra.

A CRA também acolheu requerimento de urgência para a matéria. Osmar afirma que as normas que regem o arrendamento de terras precisam de flexibilidade para incorporar os hábitos, costumes e tradições predominantes em cada região. Isso, segundo ele,

decorre das mudanças provocadas pela dinamização da atividade produtiva.

Durante a reunião, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) disse que a proposta garante maior segurança nas relações entre o proprietário da terra e o arrendatário.

Desapropriação

Por solicitação do relator, senador Leomar Quintanilha (PC do B-TO), que pretende buscar entendimento com representantes do governo, foi adiada a votação do projeto de lei complementar de autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que altera a lei sobre o procedimento contradi-

tório especial para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária (Lei Complementar 76/93).

Também foi aprovado projeto do senador Juvêncio da Fonseca que altera a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) para desonerar o uso da água que é empregada na pequena irrigação, na piscicultura e para matar a sede dos animais (PLS 669/99). Por requerimento do relator, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), acolhido pela comissão, a proposta irá a Plenário em regime de urgência.

Comissão pede prioridade para Censo Agropecuário

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ainda requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) pela emissão de expedientes ao Ministério da Agricultura e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instando providências no sentido de que o Censo Agro-

pecuário Brasileiro seja realizado com prioridade em 2007.

Ao justificar a proposta, Arns afirmou que o censo sobre o setor estava previsto para 2005, mas não foi feito na ocasião por falta de recursos.

Na opinião do senador, a não-realização desse censo vem ge-

rando graves conseqüências para o setor produtivo agropecuário do país, que baseia seu planejamento nos dados levantados pelo IBGE.

O desconhecimento quantitativo do rebanho brasileiro é, segundo ele, uma ameaça às exportações do país.

Maguito prega mobilização por recursos para Ferrovia Norte-Sul

Maguito Vilela (PMDB-GO) fez um apelo à classe política e às forças sociais do Centro-Oeste para que se unam pela mobilização de recursos para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

O senador argumentou que a ferrovia será fundamental para a integração nacional. Maguito informou que, “havendo dinheiro, é possível concluir todo o trajeto nos próximos quatro anos”.

– Para 2007, o governo destinou R\$ 330 milhões para ferrovias, mas nada para o Centro-Oeste. Por isso, são necessárias novas medidas e emendas, que dependerão essencialmente do empenho dos parlamentares – frisou.

Segundo ele, o escoamento da



Gerardo Magela

Maguito pede união das forças sociais e políticas do Centro-Oeste pela obra

produção pela ferrovia representa para o produtor uma redução de custos de até 30% em relação ao transporte por rodovias.

– No encontro que tive com o presidente Lula, ele me assegurou que as obras não serão paralisadas no ano que vem – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão inicia-se às 14h e é de caráter deliberativo. O primeiro item da pauta é a proposta de emenda à Constituição que aumenta o prazo do mandato do presidente da República e proíbe a reeleição. Entre os projetos está o que dispõe sobre crimes de lavagem de dinheiro e a prevenção da utilização do sistema financeiro para fins ilícitos.

Indicação

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 9h30 para apreciar e votar pauta de seis itens. Entre eles, a indicação de Agemar de Mendonça Sanctos ao cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial. Outro item a ser examinado é o projeto que torna obrigatória a dotação e o uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados a operação sobre grandes extensões de água.

Turistas

Deve ser analisado pela Comissão de Desenvolvimento e Turismo (CDR) projeto que isenta do visto de entrada turistas vindos de países com os quais o Brasil quer manter relações comerciais por meio do turismo. A reunião será às 11h.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje às 10h, às 14h30 e às 18h na Câmara dos Deputados. Devem ser examinados projetos prevendo abertura de créditos extraordinários ao orçamento de ministérios e de empresas estatais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Augusto Botelho e Valdir Raupp

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova proposta que unifica as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária



Curado: há indícios de configuração de crime eleitoral no caso do dossiê

Delegado crê que Hamilton levou dinheiro ao hotel

Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, o delegado da Polícia Federal em Cuiabá, Diógenes Curado, afirmou ontem que o ex-assessor do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), Hamilton Lacerda, foi quem levou ao Hotel Ibis, em São Paulo, o dinheiro que seria utilizado para a compra do dossiê contra políticos do PSDB. A informação foi dada pelo presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), logo após o depoimento, que se realizou em caráter secreto.

O vice-presidente da comissão, Raul Jungmann (PPS-PE), disse que a análise da imagem gravada pelas câmeras do Hotel Ibis – que mostra Lacerda falando ao celular – revela que há coincidência de horário e duração com a ligação que teria sido feita do celular de Ana Paula Cardoso, que, segundo Jungmann, teve seu telefone clonado. Jungmann ressaltou que a PF já pediu à operadora esclarecimentos sobre a utilização indevida do celular de Ana Cardoso.

Embora o delegado não tenha, até o momento, convicção final sobre o episódio do dossiê, declarou Biscaia, ele afirmou que há indícios de uma possível configuração de crime eleitoral.

Na opinião do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), Diógenes Curado trouxe informações atualizadas a respeito do andamento das investigações sobre a chamada máfia das ambulâncias, numa tentativa de esclarecer alguns pontos contraditórios dos depoimentos prestados à comissão. Lando informou que será apresentado o relatório final com as conclusões sobre o que foi investigado até o momento. Para ele, a continuidade das investigações deve ficar a cargo da Polícia Federal e do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, com pedido para tramitação de urgência, o parecer do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) favorável ao projeto de lei que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita. A matéria será votada agora pelo Plenário do Senado.

O projeto (PLC 20/06) funde a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF) com a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social (SRP). Mercadante manteve o texto substitutivo do relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), fazendo apenas dois ajustes na proposição para adaptar a redação aos cargos e carreiras estabelecidos para o novo órgão.

Para Mercadante, o projeto não contém indício de inconstitucionalidade nem é incompatível com as regras da Desvinculação de Receitas da União (DRU), previstas no artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais



José Agripino (de pé) e Mercadante (E) debatem projeto com Tourinho (C) e assessor

Transitórias.

Constituição

Segundo o senador, não é precedente a afirmativa de que o projeto fere o artigo 165, parágrafo 9º, inciso II, da Constituição, que estabelece para lei complementar a instituição de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a criação e funcionamento de fundos. O objeto do PLC 20/06, argumentou, é a reorganização da administração tributária da União, e não os temas referidos no dispositivo

constitucional citado.

O relator também considerou constitucional a regra que determina a transferência, para a União, de bens hoje pertencentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), alegando que se trata de providência comum quando ocorrem transferências administrativas entre a administração direta e indireta.

Mercadante afirmou ainda que a transformação e a unificação dos cargos de auditor-fiscal da Receita Federal e de auditor-fiscal da Previdência Social nos cargos

de auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil também “não contém mácula de inconstitucionalidade”. Segundo o senador, a medida apóia-se em precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), que admitem medidas dessa natureza quando têm por objetivo a racionalização do desempenho das funções administrativas e quando há compatibilidade funcional e remuneratória, além da equivalência dos requisitos exigidos em concurso.

No aspecto material, o relator ressaltou que a proposição mantém a separação contábil entre as receitas tributárias gerais e as contribuições previdenciárias e determina que as últimas serão destinadas exclusivamente ao pagamento de benefícios ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), “possibilitando que a unificação da arrecadação dos tributos federais se faça sem ofensas à Constituição”.

O projeto, disse o senador, traz grande contribuição ao fisco nacional, aprimora a eficiência e melhora a capacidade arrecadatória do Estado.

Proposta atualiza valor de aposentadorias e pensões

Também foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania substitutivo de Rodolpho Tourinho a projeto de Paulo Paim (PT-RS) que atualiza e recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados. O PLS 58/03 garante a atualização por meio de um índice de correção previdenciária que será aplicado individualmente e resulta de um cálculo que leva em conta a divisão do salário que o beneficiado recebe pelo valor mínimo pago em benefícios pelo Regime Geral da Previdência Social.

O relator determinou ainda que o reajuste será concedido de forma progressiva, aplicado inicialmente a um quinto da diferença entre o índice de correção previdenciária e o resultado da divisão do salário do segurado pelo salário de benefício mínimo pago na data de publicação da lei. A cada ano, será aplicado cumulativamente e sucessivamente até completar cinco anos da mencionada diferença. Pelas

regras atuais, a correção das aposentadorias e pensões é feita apenas relativamente à inflação, levando em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A proposição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Também foi aprovada proposição que passa a atribuir aos defensores públicos – e não mais apenas aos promotores de Justiça – poderes para referendar transações relativas a alimentos nos casos que envolvam interesse de idosos necessitados. O Projeto de Lei 112/04, de autoria do senador César Borges (PFL-BA), altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.471/03).

A matéria também receberá decisão terminativa na CAS.

Os senadores rejeitaram a Proposta de Emenda à Constituição 7/05, de Demostenes Torres (PFL-GO), que pretendia autorizar o militar a retornar às suas atividades após cumprir mandato eletivo.

Novas condutas criminosas em relação à venda de órgãos

A CCJ aprovou projeto de Rodolpho Tourinho que define como crime o ato de aliciar, induzir, oferecer ou prometer vantagem na comercialização de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano. A proposição (PLS 251/04) altera a lei que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano (Lei 9.434/97), na qual estão tipificadas outras condutas passíveis de pena que ocorrem na prática do comércio de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano.

O condenado por aquela prática poderá receber pena que varia de três a oito anos, mais multa. A matéria recebeu decisão terminativa na CCJ.

Tribunais

Proposição que cria e modifica cargos no Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul também foi aprovada na Comissão de Justiça. O PLC 106/06, relatado por Paulo Paim, cria 754 cargos efetivos, 592 funções comissionadas e 58 cargos em comissão e

transforma 317 funções comissionadas, elevando-as de nível.

Outra proposta acolhida altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, modificando o artigo que trata do sigilo das denúncias formuladas ao tribunal. Pelo projeto (PLS 61/05), de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), caberá ao órgão decidir sobre a conveniência de manter ou não o sigilo quanto à autoria da denúncia.

Também de Simon, foi aprovado projeto que prevê hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial em processos, o que evitará a excessiva imposição de recursos na Justiça. O PLS 71/05 altera o Código de Processo Civil e estabelece que não se admitirão recursos para causas em que a Fazenda Pública for parte ou nas condenatórias cujo valor for inferior a mil vezes o salário mínimo vigente no país, salvo se interposto por divergência jurisprudencial.

Agravamento dos problemas na aviação civil domina debate no Plenário, que aprova colegiado para acompanhar providências em estudo no Executivo

Comissão de senadores avalia o colapso no tráfego aéreo

Depois de longo debate sobre a paralisação dos aeroportos brasileiros, o Senado aprovou ontem a criação de uma comissão integrada por cinco senadores para acompanhar, junto ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica, as efetivas providências que estão sendo encaminhadas para solucionar a crise gerada pelo “apagão aéreo”. O requerimento é de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que chegou a dizer que faria obstrução e impediria a votação da ordem do dia, caso sua proposta não fosse votada antes.

Em sua justificativa, Antonio Carlos argumenta que o prolongamento e o agravamento da crise têm gerado prejuízos, mortes de



Antes da votação do seu requerimento, ACM ameaçou obstruir ordem do dia

pacientes internados e dificultado o trabalho do Congresso Nacional. Ele salientou que, por força das suas competências constitu-

cionais, essa situação exige que o Senado tome providências.

– Faço isso, principalmente, depois que o Ministro Tarso Genro, que eu não sei por que às vezes é sensato, porém, às vezes, é dominado pela insensatez, declarou que o governo está tomando todas as medidas para combater a crise, mas que não faz isso tomado por uma pressa que ele chama de neurótica e temperamental. Não. É por uma preguiça governamental, que está caracterizando este governo que infelicitou o país – afirmou o parlamentar.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), em aparte a Antonio Carlos, disse que são os passageiros que estão ficando neuróticos com o “apagão aéreo”.

Renan diz que Casa vai trabalhar para ajudar a resolver o problema

Após mais um dia de atrasos nos vôos em aeroportos de todo o país, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem, em entrevista coletiva, a intervenção da Casa para encontrar soluções para a crise por que passa a aviação civil brasileira.

Sobre as medidas que serão tomadas pelo Senado, Renan afirmou que vai conversar pessoalmente com as autoridades competentes, além dos trabalhos da comissão criada exclusivamente para acompanhar, junto ao Ministério da Defesa e ao Comando da Aeronáutica, as providências que serão encaminhadas para

solucionar a crise.

Renan lamentou as consequências do “apagão aéreo”, salientando o prejuízo que a crise vem gerando ao país. Entre eles, destacou a dificuldade em dar andamento às votações do Plenário, uma vez que a locomoção dos senadores a Brasília ficou prejudicada.

– Esta situação não pode continuar. O país está em pânico. Nós formamos uma comissão composta por cinco senadores para acompanhar de perto e encontrar uma solução para a crise – observou.

A sessão de ontem foi encer-



Renan Calheiros anuncia que conversará pessoalmente com autoridades do setor

rada sem votações, em virtude da obstrução de senadores em protesto contra a crise na aviação civil. Na terça-feira, os atrasos e cancelamentos de vôos foram provocados por falha na comunicação do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, em Brasília (Cindacta 1).

Delcídio: período das férias deve agravar a situação

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) expressou ontem sua preocupação com a sucessão de crises no tráfego aéreo nacional, cujo clímax teria sido atingido na terça-feira. Embora cobre medidas imediatas do governo, o senador diz não ver solução para a crise a curto ou médio prazo e teme que a situação se torne ainda mais crítica com a chegada do período de festas de fim de ano



Para Delcídio, problema envolve aspectos de gestão e tecnológicos

e férias. Para ele, o problema envolve aspectos tecnológicos e de gestão.

Após apontar a maior tragédia da aviação do país – a colisão de dois jatos no norte de Mato Grosso, em setembro – como

ponto de partida dos distúrbios, Delcídio condenou o andamento das investigações, que, a seu ver, deveriam ter tido caráter sigiloso, e as informações desencontradas sobre o caso, emitidas por instituições ligadas ao setor.

– Esse acidente trouxe dúvidas, preocupações e dificuldades, que ontem vivenciamos intensamente. Aeroportos superlotados, companhias aéreas sem condição de dar informações, passageiros com dificuldades de encontrar vagas nos hotéis. O clima é de desinformação absoluta e o que preocupa é que, a cada semana, há uma novidade.



Atraso e cancelamento de vôos voltaram a se repetir, causando prejuízos aos passageiros

Senadores cobram do governo explicações para os transtornos

Senadores da oposição pediram ontem, em pronunciamentos no Plenário, explicações ao governo federal sobre os atrasos e cancelamentos de vôos nos aeroportos brasileiros.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) considerou a desorganização do transporte aéreo como “um verdadeiro atentado ao direito de ir e vir assegurado pela Constituição federal”.

– E ficamos, agora, seriamente preocupados, porque, se o presidente da República assumiu o comando da situação e não dá um esclarecimento e a solução não vem, vamos apelar para quem? – indagou Garibaldi.

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), também cobrou

esclarecimentos do governo, ressaltando os prejuízos para os setores turístico e hoteleiro advindos do mau funcionamento dos aeroportos.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o governo por não ter conseguido alterar o cronograma de vôos em horários de pico como forma de evitar os congestionamentos.

– O governo é tão incompetente que é incapaz de alterar o cronograma dos vôos – criticou a parlamentar.

Heloísa disse que a causa do problema é o déficit de pessoal, observando que um controlador de vôo, que deveria cuidar de oito a 14 aeronaves, no Brasil chega a controlar mais de 25.

Brasil está vivendo grande insegurança, alerta Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), chamou ontem a atenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o que qualificou de “pane logística”, caracterizada no momento pela crise no controle do tráfego aéreo. O senador disse que o país está vivendo em grande insegurança, o que, assinalou, demanda medidas enérgicas por parte do chefe do Executivo, que acaba de se reeleger com 58 milhões de votos.

Arthur Virgílio citou uma série de problemas que vêm sendo causados pelo chamado “apagão aéreo”, até mesmo no Congresso Nacional, decorrente da ausência de parlamentares que ficam retidos em seus estados em razão do atraso dos vôos. O senador referiu-se também ao caso de pessoas que não estão conseguindo se



Virgílio exige providências de Lula para pôr fim ao “apagão logístico”

deslocar para fazer tratamentos de saúde ou empresários que estão perdendo negócios e prazos processuais.

– É preciso que o Lula acabe com o “apagão logístico”, que ocorre no tráfego aéreo, nas rodovias e já se anuncia para 2009 no setor de energia elétrica – afirmou o parlamentar.

Com apoio de parlamentares, senador avalia que crise nos aeroportos brasileiros é preocupante por demonstrar a falta de administração no sistema

Jereissati e outros 18 senadores protestam contra “apagão aéreo”

Em nome da liderança do PSDB no Senado, Tasso Jereissati (CE) capitaneou ontem em Plenário os protestos de 18 senadores contra a sucessão de crises que se abateu sobre a aviação civil brasileira, iniciada, no final de setembro, com o acidente envolvendo um Boeing da Gol e um jato Legacy de uma empresa americana. Após acusar o governo federal de “incompetência, displicência e desleixo” no trato da questão, Jereissati reivindicou uma tomada de posição do Senado perante o caso.

Mais que pelos atrasos nos vôos, pela falta de perspectiva dos passageiros que não conseguiram voar ou pelos prejuízos econômicos, o chamado “apagão aéreo” preocupa, na avaliação do parlamentar, pela demonstração de falta de administração no sistema aéreo do país.

– Há uma total falta de informação e de interlocução entre as autoridades responsáveis pela área – afirmou, considerando o atual caos “absolutamente inexplicável”, assim como a demora do governo federal em resolver os problemas no controle do espaço aéreo.

Jereissati recebeu o apoio de vários senadores em apertes. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou o ministro da Defesa, Waldir Pires, de confundir mais do que esclarecer os fatos. Além de classificar o ministro de incompetente, Anto-



Jereissati reivindica posição do Senado diante do problema no sistema aéreo

nio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou displicente a postura do presidente Lula no episódio e acusou o Comando da Aeronáutica de se ter “acovardado”.

João Batista Motta (PSDB-ES) defendeu a produção de matérias jornalísticas mostrando que as companhias aéreas não têm culpa pelo caos. Em seguida, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) considerou fracassado um sistema de segurança de vôo que não pode ser rapidamente substituído em caso de pane.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou para o ônus do “apagão aéreo” sobre o custo Brasil, com eventuais prejuízos sobre os investimentos no país, e Heráclito Fortes (PFL-PI) reivindicou a criação de uma câmara de gestão da crise aérea.

Já o senador Valter Pereira (PMDB-MS) advertiu para o dano causado pelo colapso no trá-

fego aéreo à imagem do Brasil no exterior. Almeida Lima (PMDB-SE) lembrou ter prevenido o Senado sobre problemas no setor 72 dias antes do acidente com o avião da Gol.

Ainda sobre a crise, José Agripino (PFL-RN) disse que está em jogo a credibilidade da aviação civil nacional, cobrando o senador José Jorge (PFL-PE), em seguida, um mínimo de segurança no monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e João Ribeiro (PL-TO) isentaram a Infraero de responsabilidade nos problemas de controle de tráfego aéreo.

Para Heloísa Helena (PSOL-AL), seria possível contornar a situação alterando os cronogramas de vôo. Garibaldi Alves (PMDB-RN) acredita que esses distúrbios refletem uma crise interna do governo Lula, enquanto o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sustentou ser possível a contratação de pessoal e equipamentos para controle de vôo em regime de urgência.

Também se manifestaram sobre o assunto Leonel Pavan (PSDB-SC), para quem a crise priva os usuários do setor de planejar sua vida pessoal e profissional; Sibá Machado (PT-AC), que acredita serem essas deficiências um problema antigo; e Lúcia Vânia (PSDB-GO), que se disse solidária com a indignação do país.



Jucá diz que alterações promovidas por projeto retiravam direitos das famílias

vam direitos dos trabalhadores e das famílias brasileiras”. A supressão desses direitos fora ressaltada em discurso de José Sarney (PMDB-AP) feito na terça-feira.

O presidente Lula, de acordo com Jucá, vetou também o dispositivo que considerava penhorável até 40% do rendimento

do trabalhador que recebe acima de 20 salários mínimos.

– Quero tranquilizar toda a Casa, não só Sarney, que levantou a questão, mas todos os senadores e senadoras que também se posicionaram, como não poderia deixar de ser, contrários a esse dispositivo e favoráveis à conquista, ao ganho que o brasileiro já tem na atual legislação – disse o líder do governo

Na terça, Sarney fora ao Plenário fazer uma censura pública ao Senado pela aprovação da mudança, que, para ele, havia extinguido um “princípio basilar da justiça social”.

Ontem, após a comunicação de Jucá, Sarney agradeceu ao presidente Lula “pela sensibilidade demonstrada”.



Presidente do Senado ouviu pedidos de apoio a uma política de recuperação do mínimo

Renan recebe líderes sindicais da 3ª Marcha do Salário Mínimo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem os líderes da 3ª Marcha Nacional pelo Salário Mínimo e Correção do Imposto de Renda, logo após o encerramento do ato público promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e outras entidades. Os líderes sindicais pediram o apoio do Senado para uma política permanente de recuperação do valor do salário mínimo.

Para acompanhar as negociações entre líderes sindicais e o Senado no tocante à política de valorização do mínimo, Renan designou a Comissão Especial do Salário Mínimo, que, a seu ver, já vem fazendo esse trabalho. O senador Paulo Paim (PT-RS), relator da comissão, disse que se responsabilizará por esse trabalho.

Renan lembrou que a recupe-

ração do salário mínimo é uma das bandeiras do Senado. Ele destacou a importância dessa questão, recordando que cerca de 40 milhões de brasileiros vivem com o salário mínimo.

Os representantes sindicais também entregaram ao presidente do Senado uma série de abaixo-assinados de trabalhadores de todo o país pedindo celeridade na votação da Medida Provisória 316, que facilita ao trabalhador provar a vinculação de acidente ou doenças de trabalho com sua atividade profissional.

Floriano

Ao lado do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, Renan Calheiros participou ontem, no Auditório Nereu Ramos, da pré-estréia do documentário *A esfinge – Floriano Peixoto*, dirigido por Jorge Oliveira.

Almeida Lima diz que reeleição do presidente Lula está *sub judice*

Ao registrar o noticiário de ontem, sobre a recomendação da rejeição das contas da campanha do presidente Lula à reeleição, feita por técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador Almeida Lima (PMDB-SE) lembrou que, um dia após a divulgação do resultado eleitoral para presidente da República, escreveu artigo intitulado *Consummatum est?*, afirmando que a eleição estava *sub judice* e que o Poder Judiciário ainda daria a palavra final sobre a lisura do pleito.

O senador destacou que técnicos do TSE descobriram irregularidades em doações feitas por empresas que teriam vínculos com concessionárias de serviços públicos.

– As contas da campanha do presidente Lula ferem normas de ordem imperativa. A legislação impede que candidatos a cargos eletivos sejam financiados por entidades prestadoras de servi-



Almeida Lima: contas da campanha de Lula ferem normas imperativas

ços que decorrem de concessões públicas – observou.

O senador citou ainda parecer do procurador regional eleitoral de Sergipe, Eduardo Pelella, ao denunciar que o então prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), que se elegeu governador, gastou milhões de reais de dinheiro público em promoção pessoal ao financiar uma micareta que teria servido como parte da programação de sua despedida da prefeitura.

Jucá comunica veto a dispositivo sobre penhora de imóvel

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou ontem que o presidente Lula vetou dispositivos do projeto de lei da Câmara 51/06, aprovado na semana passada pelo Senado, que acabava com a impenhorabilidade de imóvel considerado bem de família, se de valor superior a mil salários mínimos (R\$ 350 mil).

O projeto, que trata da questão de execuções fiscais, alterou dispositivos do Código de Processo Civil (CPC). Segundo Jucá, as alterações “efetivamente retira-

Senado confirma aumento previsto em medida provisória para benefícios acima de um salário mínimo. Oposição defende reajuste de 16,67%, mas líder do PSDB discorda

Aprovado o reajuste de 5,01% para aposentados e pensionistas

Depois de mais de duas horas de discussão, o Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 22/06, proveniente da Medida Provisória 316/06. Entre outras medidas, o PLV confirma o reajuste de 5,01% nos benefícios de aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. O aumento tem efeitos a partir de 1º de agosto deste ano, pois a MP 316/06 foi editada naquele mês.

O líder do PFL, José Agripino (RN), propôs a elevação desse índice para 16,67%, mas a emenda foi derrubada por 30 votos contra 22. A matéria agora vai à sanção presidencial. O relator-revisor do projeto de conversão, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu que os senadores aprovassem o projeto como recebido da Câmara alertando que a MP perderia validade amanhã e, com isso, os aposentados e pensionistas poderiam ficar sem

nenhum reajuste.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu o reajuste de 16,67% e afirmou que o governo federal “está maltratando os aposentados”. Tal reajuste foi apoiado tanto pelos outros senadores do PFL, como por alguns do PMDB, e também por Heloísa Helena (PSOL-AL). O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), liberou os votos dos senadores tucanos. O senador disse achar

“muito pouco” o reajuste de 5,01%, mas concordou em votar pela aprovação do projeto pois, em sua opinião, a crise fiscal no país já é grande, e um reajuste superior aumentaria “o rombo fiscal do país”.

O reajuste de 5,01% vale para todos os benefícios concedidos até 30 de abril de 2005, e será aplicado proporcionalmente aos concedidos de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006.



Senadores aprovam aumento que tem efeitos a partir de 1º de agosto deste ano

Plenário acata indicações para Ancine e ANP

Os senadores aprovaram, na sessão plenária de ontem, as indicações, pela Presidência da República, dos nomes de Leopoldo Nunes da Silva Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e de Victor de Souza Martins para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O novo diretor da Ancine, Leopoldo Nunes, iniciou sua aproximação com o cinema como programador e exibidor do Cineclubes Cauim de Ribeirão Preto (SP), em 1984. Fez curso de Roteiro e Dramaturgia em Cuba e dirigiu, além de diversos curtas-metragens, o documentário *Aparecido das Águas*, filme convidado para encerrar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro de 2005.

Já Victor Martins foi diretor da Associação de Empresas Estaduais de Processamento de Dados, diretor-presidente da Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo S/A, vice-presidente do Banco do Estado do Espírito Santo e diretor-presidente da Empresa Capixaba de Turismo.

Heráclito denuncia manobra “para colocar fatos debaixo do tapete”

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou, ontem, diante do que seria uma tentativa dos parlamentares governistas de transformarem a comissão parlamentar de inquérito para investigar organizações não-governamentais (CPI das ONGs), a ser instalada hoje no Senado, numa “CPI para colocar fatos debaixo do tapete”.

– Fui comunicado, de maneira abrupta, de que a base do governo, poderosa e arrogante, quer bater chapa com a oposição, desrespeitando, assim, o direito da Minoria de participar de processos dessa natureza. Acho um absurdo – afirmou.

Heráclito exigiu que “as pessoas que estão urdindo essa trama assumam suas responsabilidades, porque a CPI, neste momento, sai do âmbito do Congresso e ganha as ruas do Brasil”. Ele salientou que “vai ficar muito mal qualquer tentativa de cerceamento das atividades” da comissão e disse ainda que, apesar de ser curto o tempo que resta até o fim desta sessão legislativa, uma



Heráclito: base do governo quer bater chapa com a oposição na CPI das ONGs

nova comissão parlamentar de inquérito poderá ser criada no início da próxima legislatura no âmbito do Congresso Nacional, e não apenas do Senado.

O senador esclareceu que seu objetivo, ao apresentar o requerimento de criação da CPI, não foi prejudicar as “boas ONGs”, que de fato prestam serviços à sociedade, mas fortalecer o modelo, retirando do setor as entidades que fazem “uso predatório dos recursos públicos”.

– No Brasil inteiro, surgem fatos que justificam [a CPI] e pedem pressa – sustentou Heráclito.



Gabielli (E), Rondeau e Luiz Otávio durante audiência: crise do gás não foi tema principal

Presidente da Petrobras e ministro discutem siderúrgica no Ceará

A situação das relações entre a Petrobras e o governo boliviano deveria ser o principal tema da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Mas o foco das discussões, que contou com a presença do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, foi outro: a construção de uma siderúrgica no Ceará.

Para Patrícia Saboya (PSB-CE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), a Petrobras rompeu unilateralmente acordos que vinham sendo firmados desde 1996 com o governo do Ceará e um grupo de empresas que são sócias no empreendimento, a italiana Danieli, a coreana Dongkuk e a brasileira Companhia Vale do Rio Doce. Esses acordos prevêem que a estatal seria a fornecedora do gás a ser utilizado como fonte de energia pela nova usina, a Ceará Steel.

Gabrielli, no entanto, negou que a Petrobras tenha de fato

assinado um contrato. Segundo ele, “o que existe é um conjunto de documentos que previam várias providências”. Ele afirmou que o projeto poderá resultar em prejuízos para a estatal estimados entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão. E também traria perdas para o governo cearense da ordem de US\$ 200 milhões.

– Não queremos inviabilizar o projeto. Ainda acreditamos em uma solução equilibrada para todas as partes – declarou.

Bolívia

Silas Rondeau destacou que 72% da produção de gás da Bolívia estão sob a responsabilidade da Petrobras, seja diretamente ou por meio de parcerias. Ele observou que a atuação da estatal naquele país é estratégica.

Mas Jefferson Péres (PDT-AM), autor do requerimento para a realização da audiência, disse não estar tão otimista em relação ao país vizinho, “cujo governo rompe contratos e chantageia o Brasil”.

Acolhidos os dois primeiros relatórios setoriais ao Orçamento

Do conjunto de dez relatórios setoriais que compõem o projeto de lei do Orçamento da União para 2007, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem a votação de dois, acolhidos por acordo.

Elaborado pelo senador João Ribeiro (PL-TO), o relatório da área de Poderes de Estado e Representação definiu gastos no valor de R\$ 323,1 milhões em emendas. Desse total, as propostas coletivas (bancadas e comissões) absorveram R\$ 292,7 milhões. Para as emendas individuais, foram destinados R\$ 30,4 milhões. Emendas do próprio relator foram incluídas para recompor o corte linear de 15% nos investimentos da área. A área engloba as despesas da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores,

do Ministério Público da União (MPU), do Legislativo Federal e do Poder Judiciário.

Elaborado pelo deputado Jaime Martins (PL-MG), o relatório da área de Justiça e Defesa, cujos destaques ainda precisam ser examinados, também promoveu a recomposição do corte linear de 15%. Se mantido o corte, como registrou o deputado, as ações mais prejudicadas seriam as que compõem o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Para a área, onde estão englobados os gastos dos ministérios da Justiça e da Defesa, foram direcionados R\$ 898,85 milhões para o atendimento de emendas. As coletivas (62 aprovadas) absorveram R\$ 589,4 milhões. As proposições individuais (264), totalmente atendidas, receberam R\$ 160,9 milhões.



Tião Viana: liminares obrigam gestores do SUS a oferecer remédios não disponíveis

Distribuição de medicamentos pode ser regulamentada

Preocupado com a interferência do sistema privado de saúde sobre a distribuição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o senador Tião Viana (PT-AC) comunicou ontem ao Plenário que apresentou projeto de lei (PLS 319/06) para regulamentar a matéria. A proposição dispõe também sobre a oferta e o ressarcimento de procedimentos terapêuticos pelo SUS.

Tião Viana, que é médico, explicou que a medida visa conter o lobby da indústria farmacêutica, de planos de saúde, médicos e pacientes que insistem em obter medicamentos excepcionais ou de alto custo e têm se valido até mesmo de liminares na Justiça para garantir a continuidade do fornecimento, prejudicando a população carente, principal beneficiária do sistema, de acordo com a Constituição.

– A maioria dessas liminares tem como objetivo atender à prescrição de produtos de alto custo, muitos deles recém-lançados em outros países e ainda não disponíveis no Brasil – ressaltou.

Tião Viana informou que as decisões judiciais obrigaram diversos gestores do SUS a fornecer medicamentos não ofertados ou até mesmo não disponíveis nas farmácias da rede pública, sob pena de serem presos e pagarem multa em caso de descumprimento. Ele exemplificou a situação com estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a coordenação do médico hepatologista Raimundo Paraná, o qual afirma que 70% dos pacientes ambulatoriais vítimas de hepatite têm plano de saúde, mas utilizam medicamentos do SUS, fatos que se repetem, segundo Viana, em diversas regiões do país.

O parlamentar foi apoiado pelos colegas Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heloísa Helena (PSOL-AL), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Recurso da líder Ideli Salvatti deve submeter ao exame do Plenário proposta votada em turno suplementar na CAS

Projeto que define atividades dos médicos é aprovado em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que regulamenta o exercício da medicina. A proposta, elaborada a partir dos projetos de lei dos ex-senadores Geraldo Althoff (PLS 25/02) e Benício Sampaio (PLS 268/2), é terminativa na CAS, mas a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), anunciou na última semana que apresentará recurso para que seja votada também no Plenário antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados.

Uma das principais alterações do substitutivo com relação aos projetos originais é a supressão, no texto, do conceito de ato médico, com o objetivo, segundo a relatora, de não interferir com as demais profissões da área da Saúde. A nova proposta define o campo de atuação do médico e, dentro desse campo, quais atividades devem ser privativas dos médicos.

Entre as 15 atividades privativas, estão a definição do diagnóstico e a prescrição terapêutica; a indicação e execução da intervenção cirúrgica; a entubação



Ao lado de Valadares, presidente da CAS, a relatora Lúcia Vânia fala sobre a proposição

traqueal; a execução de sedação profunda e de anestesia geral; a realização de perícia médica e exames médico-legais; a atestação médica de condições de saúde e de óbito. Em relação às atividades privativas, o substitutivo também é mais detalhado e extenso e, conforme Lúcia Vânia, excetua diversas atividades que “podem ser praticadas por outros profissionais de saúde”.

O texto da senadora permite ainda que os demais profissionais de saúde possam dirigir centros de saúde, o que ficava proibido no PLS 25/02. No entanto, continuam privativas da categoria médica a direção e a chefia de serviços médicos, o ensino de

disciplinas médicas e a coordenação dos cursos de graduação em medicina, além da coordenação, perícia, auditoria e supervisão vinculadas a atividades privativas de médico.

Durante a discussão da matéria em turno suplementar, o senador Flávio Arns (PT-PR) mostrou-se preocupado com a preservação da atividade de acupuntura. Lúcia Vânia explicou que a profissão está resguardada pelo projeto e somente não foi citada nominalmente, como outras categorias, porque ainda não foi regulamentada em legislação específica, embora, ressaltou, já haja proposta nesse sentido tramitando no Senado.

Mais recursos para formação de afrodescendentes

A CAS também acolheu ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que destina 20% dos recursos alocados pelo Programa do Seguro-Desemprego em ações de qualificação profissional à formação de pessoas negras ou pardas. A aplicação do que está disposto na proposta deverá seguir critérios de classificação adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em parecer favorável ao projeto (PLC 65/06), o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) argumenta que, embora os negros representem em torno de 45% do contingente de treinandos em qualificação profissional, o valor dos recursos investidos na formação profissional dos afro-brasileiros representa apenas 10,9% dos gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nessa área.

Segundo Tourinho, os negros encontram-se reiteradamente em situação de desvantagem na sociedade, o que, para o senador, justifica propostas para que sejam protegidos nos programas de qualificação profissional. Por entender que a mulher negra padece de dupla discriminação, ele apresentou ainda uma emenda, também aprovada pela CAS, destinada a garantir que as mulheres sejam contempladas com uma parcela que corresponda à sua participação relativa na população de negros e pardos no país.

Contribuição previdenciária de parlamentares

Projeto de lei aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) exclui dos segurados obrigatórios da Previdência Social os detentores de mandato eletivo federal, estadual ou municipal (PLS 20/04). A proposta, do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), tem o objetivo de se adequar à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a norma inconstitucional.

– A decisão do Supremo declara que o dispositivo impugnado, ao criar figura de segurado obrigatório da Previdência Social, teria gerado fonte nova de custeio da Seguridade Social, instituindo contribuição sobre o subsídio de agente político – explicou Luiz Otávio.

Donas-de-casa

Também foram acolhidas ontem pela CAS quatro emendas de Plenário apresentadas ao projeto que permite a inclusão, no âmbito do sistema previdenciário público, das donas-de-casa. A proposta, aprovada na reunião da comissão de 23 de junho deste ano, na forma de substitutivo, alcança os integrantes da sociedade conjugal ou união estável que prestam serviços, sem remuneração, em suas próprias residências, e que não estejam enquadrados em nenhuma das categorias de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social.

Normas mais rígidas para a concessão de auxílio-doença

A legislação da Previdência Social poderá sofrer várias alterações para ficar mais rígida com relação aos benefícios relativos a doenças e acidentes e ainda para criar regras com o objetivo de facilitar o ingresso do trabalhador autônomo no sistema. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem por unanimidade, em decisão terminativa, proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) com essas mudanças.

O projeto prevê alterações à Lei 8.112/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, e à Lei 8.213/91, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social. Uma dessas alterações permite que tanto o segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem vínculo com a empresa ou equiparado, quanto o segurado facultativo, contribuam com apenas 11% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, desde que optem por não ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Caso opte pela aposentadoria por tempo de contribuição, o segurado deverá complementar o recolhimento mensal em mais 9%, acrescido dos juros de mora com relação ao período em que contribuiu com apenas 11%.

Empresas

O projeto de Aloizio Mercadante fixa novas regras para punir as empresas que tentarem burlar a legislação. Pelo texto, a empresa ficará sujeita a sanções caso não tenha comunicado a contratação de algum trabalhador que venha a sofrer acidente de trabalho. Também ficará estabelecido um teto para a renda mensal do auxílio-doença, que não poderá exceder à média aritmética simples dos 12 últimos salários de contribuição do segurado.



Mercadante também quer facilitar ingresso de autônomos na Previdência

Proposta precisa ser votada pelo Plenário ainda este ano, já que parte dos incentivos ao setor se extingue no dia 31

Comissão aprova fundo para produção de filmes e vídeos

Proposta do Executivo que cria o Fundo Setorial Audiovisual para financiar filmes, vídeos e projetos do setor recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A pedido do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a matéria será votada pelo Plenário do Senado em regime de urgência.

A proposição precisa ser aprovada na Casa até o fim do ano, já que parte dos incentivos fiscais para a produção audiovisual previstos na legislação em vigor se extingue no próximo dia 31. O novo mecanismo deverá ser criado no âmbito do Fundo Nacional de Cultura (FNC), instituído pela Lei Rouanet.

O projeto permite que empresas de radiodifusão e programadores nacionais de TV por assinatura possam usar parte do Imposto de Renda (IR) devido sobre remes-

as ao exterior na co-produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Outra medida prevista na proposição é a ampliação, até 2016, da vigência do Funcine, que também termina este ano. Assim, fica mantida a possibilidade de dedução no IR de pessoa física ou jurídica de quantias destinadas ao patrocínio de obras cinematográficas nacionais independentes. Os projetos precisarão, no entanto, ser aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Além de aprimorar o monitoramento das atividades audiovisuais, a proposta atribui à Ancine instrumentos mais eficazes para obter informações sobre o mercado brasileiro do setor.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), o fundo “é imprescindível para continuarmos promovendo a cultura e produção artística no cinema”.

Posse de Lafer na ABL é destacada por Marco Maciel

Ao saudar o jurista, escritor, ensaísta e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, por sua posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), ocorrida na última sexta-feira, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o novo imortal contribuirá para o desenvolvimento cultural do país. Ele lembrou que Lafer é titular da Faculdade de Direito da Universidade do Largo do São Francisco, pertencente à Universidade de São Paulo (USP).

– Desde a época de estudante, Celso Lafer já era considerado um aluno muito aplicado. Contam que, certa feita, sua mãe procurou o professor Antônio Cândido e fez um apelo: queria que ele pedisse a seu filho para não estudar tanto, pois passava o dia todo entretido com os livros. O professor respondeu que não podia atender àquele apelo e disse que a maioria das mães que o procurava pedia justamente o contrário – contou Marco Maciel.

Camata elogia novo dirigente da OAB-ES

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou em Plenário voto de congratulações pela eleição de Antônio Augusto Genelhu para a presidência da seccional do Espírito Santo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Genelhu, lembrou o senador, atua na advocacia há 34 anos, tendo sido conselheiro da OAB-ES e presidido a subseção de Colatina.

O novo presidente da OAB-ES, disse Camata, é bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Colatina e especialista em Processo Civil. Seu currículo inclui a presidência da Comissão de Estágio e de Exame da OAB e a diretoria da Escola Superior de Advocacia.

– Tenho certeza de que, com Antônio Augusto Genelhu à frente de sua diretoria, a OAB do Espírito Santo continuará a cumprir suas atribuições institucionais, como entidade dotada de exemplar coragem cívica.

Apresentado por Paulo Paim, projeto foi acolhido pela CDH nos termos de substitutivo elaborado por Flávio Arns



Cristovam Buarque, ao lado de Paim (D), dirige reunião da Comissão de Direitos Humanos

Estatuto da Pessoa com Deficiência pode ir logo para a Câmara

O projeto de Estatuto da Pessoa com Deficiência foi aprovado ontem, por unanimidade e em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Acolhida na forma de substitutivo do relator, senador Flávio Arns (PT-PR), a proposta, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), seguirá diretamente ao exame da Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Por acordo entre os integrantes da CDH, o presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), promoveu duas reuniões seguidas para que o estatuto fosse votado em primeiro turno e em turno suplementar.

Ao anunciar seu voto pela aprovação do projeto por meio do substitutivo, Flávio Arns lembrou que Paim já havia apresentado uma proposta de Estatuto da Pessoa com Deficiência quando era deputado federal, e congratulou o colega pelos quase três anos de

discussões e reuniões com representantes da sociedade civil para a elaboração da proposta.

Arns registrou que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população brasileira são portadores de algum tipo de deficiência, índice que chega a 14,5%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, o Brasil possui praticamente 25 milhões de pessoas com deficiência.

Por sua vez, Paim afirmou que Arns foi o “grande artista e escultor do projeto”. Já Cristovam Buarque disse que o estatuto “é uma das leis que realmente ajudam a transformar o país”, enquanto os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) cumprimentaram Arns e Paim pela proposição. Mão Santa (PMDB-PI) propôs ao governo federal que crie um ministério voltado para os problemas das pessoas com deficiência.



O Senado lançou ontem, em solenidade no Salão Nobre, o livro *Introdução à Ciência Política*, primeiro volume da coleção Edições Unilegis de Ciência Política. Acompanham a obra dois DVDs com dez videoau-

las compostas de entrevistas do autor, Octaciano Nogueira, sobre o tema. Octaciano – na foto, entre o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (E), e o senador Mesquita Júnior – é ex-professor de Ciência Política na Universidade de Brasília.



Sob o olhar de Wellington (D), Santos e Camata descerram foto na Comissão de Educação

Homenagem ao ex-senador Ricardo Santos e ao educador Anísio Teixeira

A Comissão de Educação (CE) realizou ontem cerimônia de colocação da foto do ex-senador Ricardo Santos na galeria de retratos dos ex-presidentes do colegiado. Santos presidiu a CE no biênio 2001/2002. A solenidade foi encerrada com homenagem ao educador Anísio Teixeira, seguindo tradição da comissão, que, nessas ocasiões, sempre presta tributo a um grande educador brasileiro.

O presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), destacou o traba-

lho de Ricardo Santos à frente do colegiado, enquanto Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o ex-senador “é um servidor público modelo para o país”.

Considerado um dos maiores intelectuais do país, Anísio Teixeira é personagem central da história da educação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, tendo difundido o movimento Escola Nova. Esse modelo tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento do aluno.